Processo nº: 0449210-30.2012.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: Trata-se de ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, alegando, em síntese, que: a) foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar a existência de falhas na prestação do serviço de transporte dos réus, quanto a Linha 786 (Marechal Hermes X Campo Grande); b) que foram realizadas três fiscalizações por parte da Secretaria Municipal de Transportes, onde foram constatadas diversas irregularidades, tais como inoperância das luzes de farol, falta de dedetização, falta de informação gráfica, mau estado do banco, entre outros; c) que os réus foram notificados diversas vezes para se pronunciar acerca das irregularidades apontadas. Requereu, assim: 1) fossem os réus condenados a adequarem, de maneira imediata, a frota de veículos atuantes na linha 786, de modo que as condições de uso destes estejam condizentes com os padrões exigidos pela legislação, procedendo a sua manutenção periódica, notadamente, consertando as irregularidades apontadas, bem como se abstenham de utilizar sua frota abaixo de 80%, salvo nos horários de pico, quando o mínimo é 100%, sob pena de multa diária no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais); 2) a condenação dos réus no pagamento de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes da má prestação do serviço; 3) a antecipação da tutela requerida. Com a petição inicial, veio o inquérito civil nº 811/2008, apensado aos autos. Decisão deferindo a tutela antecipada às fls. 23/27. Embargos de declaração interpostos pelo primeiro réu às fls. 32/38, que foram recebidos, porém não providos, às fls. 40. O primeiro réu apresentou contestação às fls. 58/74, onde aduziu, em síntese, que: a) o consórcio Santa Cruz, e o réu, são ilegítimos para constar no polo passivo da demanda, por não responderem solidariamente pela prestação do serviço de transporte coletivo por ônibus; b) que inexistente irregularidade a ser sanada, posto que as linhas podem operar com o mínimo de 80% de suas frotas determinadas; c) que o pedido de indenização por dano moral coletivo é inadequado em sede de ação civil pública. Diante do exposto, requereu que a preliminar suscitada fosse acolhida ou, alternativamente, que fossem os pedidos formulados na inicial julgados integralmente improcedentes. Com a contestação vieram os documentos de fls. 75/182. O segundo réu apresentou contestação às fls. 186/189, onde alegou, em síntese, que: a) que os fatos narrados não são verdadeiros; b) que infelizmente, durante a fiscalização realizada pela Secretaria de Transporte, estava, de fato, circulando com frota reduzida; c) que contratemplos acontecem em qualquer ramo de atividade. Com isso, requereu que os pedidos contidos na petição inicial fossem julgados integralmente improcedentes. O Ministério Público apresentou réplica às fls. 191/198, com os documentos de fls. 199/202, reiterando os termos da inicial, e afirmando que segundo o Código de Defesa de Consumidor, o consórcio é solidariamente responsável pelos vícios do serviço. Decisão saneadora às fls. 216/219, onde foi rejeitada a preliminar suscitada e deferindo a prova documental suplementar. Petição do primeiro réu às fls. 221, com documentos de fls. 222/243, reiterando que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda. É O RELATÓRIO. DECIDA-SE. Ab initio, não obstante tenha a preliminar de ilegitimidade passiva sido analisada e rejeitada no momento oportuno, analisa-se novamente o pleiteado, haja vista a manifestação do primeiro réu em fls. 221, e o fato de que se trata de questão de ordem pública, cognoscível a qualquer momento e grau de jurisdição. Não merece acolhimento a pretensão defensiva. O Código de Defesa do Consumidor é cristalino ao reconhecer a responsabilidade solidária das sociedades consorciadas, ex vi art. 28, § 3º do Diploma Consumerista, verbis: Art. 28. Omissis. § 3º As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código. Descabida a alegação do réu, de que o dispositivo em atento somente se aplicaria nas hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica. A uma, pois o texto legal é claro e certo, ao dispor que as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis, por todas as obrigações decorrentes do Código. Se o objetivo do legislador infraconstitucional fosse o de limitar a responsabilização solidária, não teria se utilizado de

expressão aberta, que propositalmente englobou todas as relações regidas pelo C.D.C. A duas, porque o art. 28, § 3º, por mais que tenha sido organizado como um parágrafo de um artigo legal, possui densidade normativa suficiente, para que dele se extraia norma geral e abstrata. Em outras palavras, não há dependência entre o caput e o dispositivo sob análise, haja vista ser o seu conteúdo plenamente aplicável a outras hipóteses. Diante do exposto, rejeita-se a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela primeira parte ré. Analisa-se, por conseguinte, o *meritum causae*. Alega a parte autora que os réus, concessionários de serviço público de transporte urbano, integrantes de um mesmo consórcio, estariam ofertando o serviço de forma defeituosa à população, ao pôr em circulação ônibus com diversas irregularidades, além de com frota abaixo do permitido legalmente. Os réus, por sua vez, defendem-se com o argumento de que as falhas apontadas, se existentes, seriam transitórias, e já sanadas. Não é necessário tecer maiores comentários para concluir que a relação dos autos possui natureza consumerista e, portanto, está sob a égide dos princípios, direitos e deveres instituídos pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.078/90. As concessionárias réas são objetiva e tecnicamente fornecedoras de serviço, conforme se depreende da leitura do art. 3º do C.D.C., e a coletividade, substituída neste processo pelo autor (art. 82, I do C.D.C), são os consumidores genericamente considerados, ex vi art. 2º c/c art. 81, caput e incisos I e II da Lei 8.078/90. A partir da interpretação sistemática da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código de Defesa do Consumidor, é possível concluir que buscou o poder constituinte e o legislador infraconstitucional, a proteção integral do consumidor. Cola-se, a título de ilustração, o art. 5º, inciso XXXII da CRFB: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor; Por se tratarem de fornecedores de serviços, os réus estão condicionados aos ditames da responsabilidade civil objetiva quando na ocorrência de danos aos seus consumidores, por força do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, que trata das hipóteses de defeitos de serviço. Nesse diapasão, deve-se apenas comprovar a existência de uma conduta ilícita, do dano e do nexo causal. Em sendo assim, e em face do disposto no § 3º, do artigo 14, do C.D.C, somente se demonstrar que o defeito não existiu ou que se deu por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, poderá o fornecedor do serviço eximir-se da responsabilidade de indenizar os danos ocasionados. Evidentemente, não é o caso dos autos. As provas acostadas são contundentes e fartas, no sentido de demonstrar que os réus fizeram circular ônibus com irregularidades diversas. Vide, a guisa de exemplo, os relatórios das fiscalizações realizadas pela Secretaria Municipal de Transportes, nas datas de 14/03/2014 (fls. 54 do Inquérito Civil), 25/11/2011 (fls. 78 do Inquérito Civil), 18/09/2012 (fls. 114 do Inquérito Civil). Nas três as atuações do Executivo Municipal, foram apontadas diversas irregularidades, que inclusive resultaram na emissão de mais de 45 autos de infração e de multa, no total. Os defeitos foram dos mais variados: má conservação da frota, inoperância das luzes do farol, de freio e de ré, não portar certificado de vistoria, falta de dedetização, falta de informação gráfica, mau estado dos bancos, mau estado do limpador de para-brisa, revestimento interno danificado, inoperância do extintor de incêndio, e operação do serviço com frota abaixo dos 80% em horários normais, e abaixo de 100% nos horários de pico, contrariando o art. 17, item I do Decreto Municipal nº 32.843/2010. Ocorreu, ainda, outra fiscalização, no dia 20/05/2013 (fls. 199/202) nas dependências do segundo réu, onde foram constatadas outras irregularidades, tais como: vidro rachado, falta de dedetização, pneus murchos, documento vencido, banco solto, elevador de acessibilidade quebrado, vistoria vencida, documento não encontrado no interior do veículo, sujeira interna, bancos rasgados, sinaletas sem funcionamento, balaústres soltos, lacre da saída de emergência rompido e extintor de incêndio em má condição de uso. O mais grave é que os réus atuam no ramo de transporte público, de maneira que a manutenção de suas frotas de ônibus deveria ser tratada com absoluta prioridade. Afinal, dizem respeito a sua atividade-fim, como prestadora de serviços, o que apenas revela o total descaso dos réus para com os

consumidores, a Administração Pública e, em última análise, a sociedade genericamente considerada. Destarte, um sem-número de normas infraconstitucionais foram violadas com os atos ilícitos comissivos e omissivos dos réus. O artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor é incisivo, ao afirmar que: 'os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.'. O seu artigo 6º, inciso X, também garante como direito básico do consumidor: 'a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral'. Tal dever é igualmente imposto pela Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação dos serviços públicos. Os art. 6º, caput e § 1º determinam: Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato. § 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. E, mais além, em seu art. 7º, inciso I e art. 31, inciso I: Art. 7º. Sem prejuízo do disposto na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários: I - receber serviço adequado; Art. 31: Incube a concessionária: I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato; X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. Quanto à má conservação dos ônibus e de seus componentes, atenta-se ao que o art. 31, inciso VII da Lei 8.987/95 determina: Art. 31: Incube a concessionária: VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente. Em suma, infere-se que os réus não lograram êxito em comprovar uma das causas excludentes do nexo de causalidade previstas no art. 14, § 3º do Código de Defesa do Consumidor, de forma que é imperioso reconhecer os seus deveres de reparar os danos causados pelo defeito nos serviços prestados. Nesse seara, passa-se à análise pormenorizada dos danos pleiteados pelo Parquet e a sua adequação aos atos ilícitos perpetrados pelos réus. Primeiramente, em sede de danos morais coletivos, a jurisprudência mais afinada sobre o tema tem apontado no sentido do seu não reconhecimento, ante a sua incompatibilidade com a noção de transindividualidade, inerente aos direitos difusos e coletivos. A não ser que seja possível especificar o sujeito passivo da relação, de modo a razoavelmente delimitar a extensão, intensidade e consequências do sofrimento psíquico, revela-se incabível a condenação genérica em danos morais coletivos. Na esteira deste raciocínio, merece ser transcrita a lição do processualista civil Fredie Didier Jr que, ao tratar sobre o tema, asseverou: '(...) Embora não exista dúvida quanto à possibilidade da lesão aos direitos difusos acarretar dano moral, essa lesão, entretanto, não assume o caráter transindividual. Isso porque a vítima do dano moral é necessariamente uma pessoa, já que o dano envolve a dor, o sentimento, a lesão psíquica. O máximo que se pode admitir, nessa corrente hermenêutica, é: 'a autorização para cumular, no processo em que se busca a responsabilização do réu pelas lesões causadas a direitos transindividuais, a reparação dos danos morais eventualmente decorrentes do mesmo fato' '. O Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de se debruçar sobre o assunto: PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANOS MORAIS COLETIVOS. É inviável, em sede de ação civil pública, a condenação por danos morais coletivos. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1305977/MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 16/04/2013) PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO' (REsp nº 598.281, MG, relator para o acórdão o Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 01.06.2006). Em sentido diametralmente oposto, indubitável a ocorrência de danos materiais e morais, se considerados individualmente. Ainda que não seja possível, ainda, delimitar e a extensão dos danos ocasionados, o Código de Defesa do Consumidor permite ao Juiz proferir sentença genérica,

quanto a este ponto, o que ora se faz, com base no disposto no art. 95 e 97. Aos consumidores é devida a reparação pelos danos ocasionados, cuja titularidade e montante serão definidos em fase de liquidação de sentença. Por fim, forçoso notar que, em sede de ação civil pública, descabe a imposição do pagamento de honorários advocatícios pelo vencido senão pelo condenado por litigância de má-fé, consoante os art. 17 e 18 da Lei 7.347/85, este com redação quase idêntica ao do art. 87 da Lei 8.078/90 : Art. 17. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos. Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais. Além disso, outro não poderia ser o entendimento, considerando-se que, conforme determina o art. 23 da Lei 8.906/94 - Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, os honorários pertencem somente ao advogado. Art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor. Os membros do Parquet, como se sabe, fazem parte de carreira diversa e não possuem legitimidade para requerer o recolhimento de honorários, seja para si, seja para um fundo específico da instituição a qual pertencem. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto ao ponto, verbis: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS E CUSTAS.1. As verbas sucumbenciais somente são cabíveis, em ação civil pública, quando comprovada má-fé. 2. Descabe a condenação em honorários advocatícios, mesmo quando a ação civil pública proposta pelo Ministério Público for julgada procedente. 3. Recurso especial improvido. (REsp 785.489/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06.06.2006, DJ 29.06.2006 p. 186) PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONDENAÇÃO DO ESTADO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A alegada violação dos artigos 475 e 535, do CPC, não se efetivou no caso dos autos, uma vez que não se vislumbra omissão ou contradição no acórdão recorrido capaz de tornar nula a decisão impugnada no especial. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões que foram elencadas nos embargos de declaração opostos na origem. 2. Conforme o entendimento jurisprudencial do STJ, não é cabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público nos autos de Ação Civil Pública. Nesse sentido: REsp 1.099.573/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 19.5.2010; REsp 1.038.024/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 24.9.2009; EREsp 895.530/PR, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 18.12.2009. 3. Recurso especial parcialmente provido. (STJ, REsp 1.229.717/PR, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 07/04/2011, T2 - SEGUNDA TURMA) PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. DANO AO MEIO AMBIENTE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ACÓRDAO RECORRIDO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. CONDENAÇÃO DOS RÉUS EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia Ação Civil Pública imputando obrigação de fazer à Municipalidade à luz de fundamentos constitucionais (arts. 3º, 37, 6º, 182, 1º, e 225 da CF/1988), cuja apreciação, em se tratando de recursos extremos, é da competência do Supremo Tribunal Federal. 2. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, quando a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público for julgada procedente, descabe condenar a parte vencida em honorários advocatícios. Ressalva do ponto de vista do Relator. 3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp 1.038.024/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 24.9.2009) EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROCESSO CIVIL AÇÃO CIVIL PÚBLICA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MINISTÉRIO PÚBLICO AUTOR E VENCEDOR. 1. Na ação civil pública movida pelo Ministério Público, a questão da verba honorária foge

inteiramente das regras do CPC, sendo disciplinada pelas normas próprias da Lei 7.347/85.

2. Posiciona-se o STJ no sentido de que, em sede de ação civil pública, a condenação do Ministério Público ao pagamento de honorários advocatícios somente é cabível na hipótese de comprovada e inequívoca má-fé do Parquet.

3. Dentro de absoluta simetria de tratamento e à luz da interpretação sistemática do ordenamento, não pode o parquet beneficiar-se de honorários, quando for vencedor na ação civil pública. Precedentes.

4. Embargos de divergência providos. (EREsp 895.530/PR, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 18.12.2009). Diverso é o tratamento dispensado às custas e despesas processuais. Os artigos 18 da Lei da Ação Civil Pública e o 87 do Código de Defesa do Consumidor, colados supra, dispensam o recolhimento adiantado das custas, emolumentos e demais despesas processuais. Essa regra existe no claro intuito de fomentar a defesa dos direitos coletivos em Juízo, porém não devem beneficiar o réu em caso de condenação. Em tal hipótese, deve o Magistrado seguir o regramento tradicional do Código de Processo Civil sobre o tema, condenando a parte vencida no pagamento das verbas sucumbenciais, excetuando-se, conforme já salientado, os honorários advocatícios. Ante o exposto, julgam-se PROCEDENTES os pedidos autorais, para: a) confirmar a tutela antecipada anteriormente deferida, condenando os réus a adequarem, de maneira imediata, a frota de veículos atuantes na linha 786, de modo que as condições de uso destes estejam condizentes com os padrões exigidos pela legislação, procedendo a sua manutenção periódica, notadamente, consertando as irregularidades apontadas, bem como se abstenham de utilizar sua frota abaixo de 80%, salvo nos horários de pico, quando o mínimo é 100%, sob pena de multa diária no valor de R\$1.000,00 (hum mil reais), por ônibus irregular, e de R\$5.000,00 (cinco mil reais), por dia de circulação da frota em percentual abaixo do permitido pela legislação pertinente; b) condenar os réus ao pagamento de danos materiais e morais individuais, em montante a ser fixado em fase de liquidação de sentença, ex vi art. 95 e 97 do Código de Defesa do Consumidor, devidamente corrigidos e com juros de 1% ao mês a partir da data do evento danoso, em consonância com o Enunciado 54 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. Condeno os réus no pagamento das custas judiciais, de forma rateada, dispensado o pagamento de honorários advocatícios. P. R. I.